



## DEBATE REGIONAL

### Beja

18 de Janeiro, 2007

*O Desenvolvimento Sustentável dos Espaços Rurais*

## RELATÓRIO

---

A temática do debate em Beja, quarto numa série de onze debates regionais, foi escolhida em função das principais preocupações dos cidadãos da região, tendo sido analisada a questão do desenvolvimento das actividades agrícolas e rurais.

Assim, os vários oradores abordaram os principais problemas do desenvolvimento da região, fazendo uma análise da adequação das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural definidas a nível nacional e europeu.

Nos últimos anos, uma série de novas regras e orientações foram adoptadas, no processo de aplicação e regulamentação da Política Agrícola Comum (PAC), de entre as quais se destaca a criação do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

As orientações estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural assentam nos princípios de que a actividade agrícola ocupa a maior parte do espaço rural e de que o desenvolvimento económico sustentado tem de ser acompanhado de uma gestão racional dos recursos naturais. Assim, os dois pilares da PAC (as políticas de mercado e o desenvolvimento rural) devem permitir que o modelo agrícola europeu seja ao mesmo tempo competitivo e reflexo da diversidade de paisagens, produtos e património cultural/natural.

Nesse sentido, a nova estratégia de desenvolvimento rural pretende combinar três eixos prioritários:

- 1) Competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- 2) Ambiente e paisagem rural;
- 3) Qualidade de vida e diversificação da economia rural.

Com as prioridades definidas pelo primeiro eixo pretende-se motivar uma maior transferência de conhecimentos e um aumento na qualidade do investimento no capital físico e financeiro. No fundo, pretende-se inovar e modernizar o sector agrícola.

O segundo eixo integra sobretudo as questões associadas à garantia da biodiversidade e da boa gestão dos recursos hídricos e ao combate às alterações climáticas.

Finalmente, o terceiro eixo reflecte as preocupações relacionadas com o esvaziamento das zonas rurais e com a necessidade de fixar as populações. São, portanto, objectivos a criação de emprego e de oportunidades de formação profissional, com vista a promover as novas estratégias de desenvolvimento locais. Este último eixo prende-se claramente com uma melhor governação, que mobilize de forma mais eficaz o potencial de desenvolvimento endógeno das regiões agrícolas.

Com base nestas orientações estratégicas, cada Estado membro é responsável por definir um Plano Estratégico Nacional (PEN), que deve constituir quadro de referência para o desenvolvimento rural do país. Os planos nacionais pretendem resolver o problema da

enorme diversidade das regiões (desde zonas remotas a zonas peri-urbanas), que têm necessidades específicas e que exigem diferentes soluções.

O PEN português define três objectivos estratégicos:

- 1) aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- 2) promover a sustentabilidade dos espaços rurais e recursos naturais;
- 3) revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Os objectivos transversais definidos no plano são o reforço da coesão social e territorial e a promoção da eficácia na gestão sectorial e territorial.

Segundo Carlos Marques, a aplicação destas políticas europeias e nacionais contribui para a manutenção de alguns aspectos negativos, não promotores do desenvolvimento agrícola. Por um lado, promovem uma dependência dos pagamentos desligados, que atrasa o dinamismo e inovação dos agricultores subsidiados. Por outro lado, a reconversão tecnológica e cultural seria mais rápida e eficaz se se apostasse no apoio directo ao rendimento: uma maior flexibilidade neste aspecto permitiria um investimento maior na qualificação e capacitação do agricultor.

De facto, os oradores salientaram que o conceito “rural” é cada vez mais identificado com serviços e cada vez menos com produção agrícola. Neste contexto, a qualificação dos agricultores assume maior importância, não só porque permite diversificar as suas actividades, mas também porque promove um aumento da quantidade e da qualidade da produção.

Todavia, nem sempre esta terciarização do espaço rural é positiva. António Covas lembrou a dicotomia que existe entre a abordagem normativa – a dos decisores políticos e dos académicos que planificam as estratégias de desenvolvimento rural – e a abordagem prática, daqueles que executam as mesmas estratégias. Se para o primeiro grupo o futuro do mundo rural passará pelos investimentos nas energias renováveis, nos *resorts* de luxo e de golf e nos condomínios fechados de residência secundárias, ou pela exploração intensiva de culturas de regadio e energéticas e pela exploração industrial da floresta, para o grupo dos executores o investimento deveria ser aplicado em actividades económicas de agro-conservação. Isto é, a prioridade deve ser o reordenamento do sistema de produção agrícola, tendo em vista uma exploração económica e ambientalmente sustentável. Ao contrário das lógicas de mitigação e compensação que a economia do ambiente tem vindo a promover.

Mário de Carvalho apresentou resultados de estudos realizados em diversas explorações agrícolas, que apontam para várias soluções, num continuum tecnológico que permite o aumento da qualidade e quantidade da produção de forma sustentável.

O debate permitiu identificar os principais problemas que se colocam ao desenvolvimento rural:

- competitividade;
- esvaziamento das áreas rurais;
- desprestígio do mundo rural.

Uma melhor adequação das estratégias da PAC, e consequentemente das políticas nacionais, permitiria uma gestão mais eficaz e sustentável dos espaços rurais e das actividades económicas agrícolas.